

De Figueiredo a Itamar

WIRTON MIGUEL PALERMO

13 MAR 1993
JORNAL DE BRASÍLIA

No ano de 1983, grandes dificuldades econômicas já cercavam o Brasil. Nada mais fácil para os planejadores da economia nacional que fazer cortes na Previdência Social, atingindo a área da saúde, e reduzindo o orçamento de 25% para 17%. Assim foi ocorrendo, sucessivamente, durante o governo Figueiredo, chegando a aproximadamente 10 por cento em seu final. O Presidente salientava a importância de se investir no social, tendo em vista a abertura política do País.

Nessa fase, o serviço de saúde pública atendia somente aos segurados. Os "dirigentes de plantão" da área pretendiam adequar os gastos ao atendimento médico-hospitalar. Para saneamento básico pouco era destinado. Em colaboração, sacrifícios foram feitos pelos trabalhadores da saúde. Mesmo assim, a qualidade da saúde despencava.

Não bastou. Veio a "Nova República" e o presidente Sarney lançou "Tudo pelo Social" — com recursos para financiamentos à saúde em queda livre.

A Constituição de 1988 determinou a ampliação da saúde para todos os ci-

dadãos. Avanço justo. Mas, e o financiamento para tanto? Mais uma vez, não foi destinada percentagem-adequada nas constituições federal, estaduais e municipais e muito menos orçamentos anuais. Com a saúde coordenada pelo SUS, começou a briga política por verbas nos três níveis de poder.

Vieram as eleições diretas para Presidente da República. Elegeu-se Fernando Collor de Mello. Novas esperanças: Ministério da Saúde desvinculado da Previdência Social, com o Inamps como seu órgão. Mas, novamente, onde estariam os recursos? O ministro da Saúde comprou bicicletas, mochilas, vacinas de confiabilidade duvidosa, desmontou a Ceme etc.

Em 1991, o Governo Federal gastou 2,3% do PIB em saúde e, em 1992, esse número caiu para 1,0%. Lembremos que a Argentina gasta 6% do seu PIB com saúde, valor que na Espanha chega a 12% e no Canadá a 18%.

Podemos imaginar como ficaram os serviços de saúde no País depois dessa desastrosa trajetória: hospitais sucateados e sem reposição de equipamentos, recursos humanos sem motivação ou condições mínimas de trabalho.

Veio o impedimento de Collor e a posse de Itamar Franco. E o Congresso Nacional, no País do Carnaval, ainda não votou o orçamento para 1993...

Novamente ouvimos do governo que a primeira preocupação é com a questão social. No entanto, o Ministério da Previdência Social retém indevidamente verbas da saúde. O Finsocial, que completa os recursos da saúde, foi contestado por empresários e governos estaduais e municipais e reduzido pelo Supremo Tribunal Federal.

Além disso, criou-se um novo imposto para "salvar" as finanças do governo ainda este ano — o IPMF. E não se destinou nenhum centavo à saúde. Senadores já afirmaram que no orçamento não foi possível alocar recursos para o setor, enquanto outros negociam parte do Finsocial com empresários em troca de aceitação do novo imposto. Enquanto isso, o governo preocupa-se mais com a volta do Fusca, o nome da nova moeda...

Sem saúde, o Brasil morre. Até quando vamos continuar brincando com ela?

Wilton Miguel Palermo é vice-presidente da Associação Médica Brasileira.